

BOLETIM INFORMATIVO ADUNEMAT

EDIÇÃO ESPECIAL

LUTA CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

A PEC da Reforma Administrativa, em tramitação no Congresso, é um ataque direto aos direitos do funcionalismo e ao serviço público. Sob o discurso de “modernização”, a proposta corta direitos históricos, enfraquece a estabilidade e abre caminho para a terceirização e a precarização das carreiras.

Se aprovada, a Reforma Administrativa atingirá em cheio servidores e servidoras das três esferas — federal, estadual e municipal —, com impactos especialmente graves sobre educação, saúde e assistência social, pilares do atendimento público à população.

Este boletim reúne uma síntese dos principais pontos da proposta e apresenta dez razões para rejeitar a Reforma Administrativa, que representa um ataque direto à valorização do serviço público e aos direitos históricos das trabalhadoras e dos trabalhadores que o sustentam.

UMA SÍNTESE DE 10 RAZÕES PARA SE OPOR À PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA

1. Corta direitos históricos (licença por tempo de serviço, licença-prêmio e outras licenças) e endurece adicionais de risco por perícia restritiva.
2. Troca reajuste estrutural por bônus volátil, concentrado em cargos "estratégicos", fora do teto e não incorporável, acentuando desigualdades internas.
3. Ameaça à estabilidade funcional por ampliar o uso de avaliação para perda do cargo (art. 41, §1º), abrindo margem para o punitivismo gerencial.
4. Achata carreiras via tabela remuneratória única (inicial $\leq 50\%$ do topo; 20 níveis obrigatórios), reduzindo atratividade (considerar efeitos para o conjunto de mais de 36% das/dos servidores que ganham entre 2 e 6 salários, especialmente no setor da educação – TAEs, MS, EBTT – e saúde).
5. Ampliação da precarização nas condições de teletrabalho custeado pelo servidor, com sua simultânea generalização e sem proteção efetiva das políticas de cuidado/inclusão, com 80% presencial e vedações de residência, atingindo desproporcionalmente mulheres e responsáveis por cuidados.
6. Favorece a terceirização estrutural ao exigir avaliar "execução indireta" antes de repor servidores e estreita a porta dos concursos.
7. Recentraliza diretrizes remuneratórias (COPAR) e avaliações (SINAP), reduzindo espaço para negociação setorial e autonomia.

8. Transparência sem proteção adequada pode expor nominalmente dados remuneratórios e de desempenho sem contrapartidas de segurança e contexto, gerando estigmatização, assédio e litigiosidade.
9. Incerteza orçamentária: bônus e metas dependem do ciclo fiscal e de prioridades anuais, substituindo política salarial por incentivos casuísticos.
10. Risco de captura gerencial por metas: avaliações centradas em produtividade/indicadores podem distorcer finalidades públicas, penalizando áreas com resultados intangíveis (notadamente, por exemplo, em searas como saúde preventiva e comunitária ou educação em todos os níveis).

OS SEGUINTE TEMAS CONSTAM PRINCIPALMENTE DOS SEGUINTE INSTRUMENTOS LEGISLATIVOS PROPOSTOS:

1. PEC da Reforma Administrativa: vedações de direitos, bônus, desenho de carreiras, restrições a concursos e governança digital.
2. PLP da Lei de Responsabilidade por Resultados: acordos de resultados, bônus, SINAP, avaliação para progressão e potencial uso para efeitos do art. 41 da CF/1988.
3. PL do Marco Legal da Administração Pública: PGD, teletrabalho, execução indireta (terceirização), estrutura de carreiras, tabela única remuneratória e COPAR.

Fonte: Análise preliminar das proposições legislativas apresentadas pelo GT da Reforma Administrativa da Câmara Federal.